


RGNE

 REVISTA DE GESTÃO E
NEGÓCIOS DO ESPORTE

Seção de Publicação do artigo: Relato de Experiência

Contribuições para a análise e avaliação de políticas públicas de esporte e lazer: 15 anos de Avante-UnB

Contributions to the Analysis and Evaluation of Public Policies in Sport and Leisure: 15 Years of Avante-UnB

Contribuciones para el análisis y la evaluación de políticas públicas de deporte y ocio: 15 años de Avante-UnB

Pedro Athayde

 Universidade de Brasília
pedroavalone@gmail.com

Fernando Mascarenhas

 Universidade de Brasília
fernando.masca@outlook.com

Resumo

Este relato de experiência descreve a trajetória de quinze anos do Grupo de Pesquisa e Formação Sociocrítica de Educação Física, Esporte e Lazer, Avante-UnB, com foco na linha de pesquisa em Políticas de Esporte e Lazer (LPEZ). Vinculado à Universidade de Brasília (UnB), o grupo foi fundado em 2010 e consolidou-se como referência no estudo das políticas públicas de esporte e lazer, com ênfase na análise da gestão e do financiamento público. Adotando o materialismo histórico-dialético como base teórico-metodológica, foram orientadas na LPEZ vinte e três dissertações de mestrado e dez teses de doutorado ao longo de quinze anos. O texto destaca a evolução das pesquisas do grupo, que, inicialmente, focaram em programas governamentais como o Programa Segundo Tempo (PST) e o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). Com o tempo, as análises se expandiram para questões mais amplas, como o financiamento público e a gestão das políticas esportivas no Brasil. A metodologia adotada pelo grupo foi influenciada por estudos de políticas sociais, especialmente aqueles relacionados à política de assistência social e ao fundo público, cujas principais contribuições envolvem a análise do financiamento, gasto e controle social em relação à gestão pública. Entre as ações mais relevantes do grupo, destaca-se o desenvolvimento de uma matriz de financiamento público do esporte no Brasil, que mapeia fontes orçamentárias, extraorçamentárias e gastos tributários. Além disso, o grupo criou a ferramenta “Transparência no Esporte”, que monitora e visualiza os recursos públicos destinados ao setor. A análise das políticas esportivas estaduais também passou a integrar a agenda de pesquisa do grupo, que construiu um modelo metodológico com categorias como contexto regional, configuração política, gestão e controle

social, abrangência, infraestrutura e financiamento. O texto conclui ressaltando as importantes contribuições do Avante-UnB para o campo das políticas públicas de esporte e lazer, destacando o papel da gestão democrática e participativa. Aponta ainda para a necessidade de aprofundar a análise do financiamento e da gestão pública do esporte, visando à construção de políticas mais justas e eficientes, que garantam o direito de acesso ao esporte para toda a população brasileira.

Palavras-chave: Políticas públicas de esporte. Financiamento público do esporte. Gestão esportiva. Controle social. Transparência no esporte.

Abstract

This experience report describes the fifteen-year trajectory of the Sociocritical Research and Training Group in Physical Education, Sports, and Leisure, Avante-UnB, with a focus on the research line in Sports and Leisure Policies (LPEZ). Linked to the University of Brasília (UnB), the group was founded in 2010 and has consolidated itself as a national reference in the study of public sports and leisure policies, with an emphasis on the analysis of management and public financing. Adopting historical-dialectical materialism as its theoretical-methodological foundation, LPEZ has guided twenty-three master's theses and ten doctoral dissertations over the years. The text highlights the evolution of the group's research, which initially focused on government programs such as the Programa Segundo Tempo (PST) and the Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). Over time, the analyses expanded to broader issues, such as public financing and the management of sports policies in Brazil. The methodology adopted by the group was influenced by social policy studies, especially those related to social assistance policies and the public fund, whose main contributions involve the analysis of financing, expenditure, and social control in relation to public management. Among the group's most significant actions is the development of a public sports financing matrix in Brazil, which maps budgetary, extra-budgetary sources, and tax expenditures. Additionally, the group created the "Transparency in Sports" tool, which monitors and visualizes public resources allocated to the sector. The analysis of state sports policies also became part of the group's research agenda, which built a methodological model with categories such as regional context, political configuration, management and social control, coverage, infrastructure, and financing. The text concludes by emphasizing the important contributions of Avante-UnB to the field of public sports and leisure policies, highlighting the role of democratic and participatory management. It also points to the need to deepen the analysis of financing and public management of sports, aiming to build fairer and more efficient policies that ensure the right to access sports for the entire Brazilian population.

Keywords: Public sports policies. Public sports financing. Sports management. Social control. Transparency in sports.

Resumen

Este informe de experiencia describe la trayectoria de quince años del Grupo de Investigación y Formación Sociocrítica de Educación Física, Deporte y Ocio, Avante-UnB, con enfoque en la línea de investigación en Políticas de Deporte y Ocio (LPEZ). Vinculado a la Universidad de Brasília (UnB), el grupo fue fundado en 2010 y se consolidó como una referencia nacional en el estudio de las políticas públicas de deporte y ocio, con énfasis en el análisis de la gestión y el financiamiento público.

Adoptando el materialismo histórico-dialéctico como base teórico-metodológica, la LPEZ ha orientado veintitrés tesis de maestría y diez tesis doctorales a lo largo de los años. El texto destaca la evolución de las investigaciones del grupo, que inicialmente se centraron en programas gubernamentales como el Programa Segundo Tempo (PST) y el Programa Deporte y Ocio de la Ciudad (PELC). Con el tiempo, los análisis se ampliaron a cuestiones más amplias, como el financiamiento público y la gestión de las políticas deportivas en Brasil. La metodología adoptada por el grupo fue influenciada por estudios de políticas sociales, especialmente aquellos relacionados con la política de asistencia social y el fondo público, cuyas principales contribuciones implican el análisis del financiamiento, el gasto y el control social en relación con la gestión pública. Entre las acciones más relevantes del grupo, destaca el desarrollo de una matriz de financiamiento público del deporte en Brasil, que mapea las fuentes presupuestarias, extra-presupuestarias y los gastos tributarios. Además, el grupo creó la herramienta “Transparencia en el Deporte”, que monitorea y visualiza los recursos públicos destinados al sector. El análisis de las políticas deportivas estatales también pasó a integrar la agenda de investigación del grupo, que construyó un modelo metodológico con categorías como contexto regional, configuración política, gestión y control social, cobertura, infraestructura y financiamiento. El texto concluye destacando las importantes contribuciones de Avante-UnB al campo de las políticas públicas de deporte y ocio, resaltando el papel de la gestión democrática y participativa. También señala la necesidad de profundizar el análisis del financiamiento y la gestión pública del deporte, con el objetivo de construir políticas más justas y eficientes que garanticen el derecho de acceso al deporte para toda la población brasileña.

Palabras Clave: Políticas públicas de deporte. Financiación pública del deporte. Gestión deportiva. Control social. Transparencia en el deporte.

Introdução

Este ano (2025), o Grupo de Pesquisa e Formação Sociocrítica de Educação Física, Esporte e Lazer, o Avante-UnB, completa quinze anos desde sua fundação e registro no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq¹. Para além das celebrações, esse marco temporal convida a reflexões e avaliações, bem como ao reconhecimento das influências que moldaram essa trajetória.

Nesse sentido, o convite feito ao grupo pela Revista de Gestão e Negócios do Esporte (RGNE) surge em um momento oportuno, reforçando a necessidade de um balanço interno sobre o percurso do Avante-UnB até o presente. É relevante registrar que um exercício semelhante já foi realizado por Athayde et al. (2021), em um artigo publicado na Revista Motrivivência, em comemoração à primeira década do grupo.

Completando seus 15 anos, o Avante-UnB conta com 29 pesquisadores, 19 estudantes de pós-graduação e graduação e 2 colaboradores estrangeiros. Sua estrutura acadêmica é composta por duas linhas de pesquisa: (i) Educação Física, Formação e Trabalho e (ii) Políticas de Esporte e Lazer, ambas unificadas por uma abordagem teórico-metodológica baseada no materialismo histórico-dialético. Considerando a natureza deste periódico e a entidade responsável por sua administração, a Associação Brasileira de Gestão do Esporte (Abragesp), optamos por abordar apenas a experiência da segunda linha de pesquisa.

A linha de Políticas de Esporte e Lazer, doravante LPEZ, é coordenada atualmente pelo professor Dr. Pedro Athayde, vinculado à Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília (UnB), em colaboração com os professores Dr. Fernando Mascarenhas e Dr. Roberto Lião Junior, membros fundadores do grupo. Além disso, a LPEZ conta com pesquisadores vinculados a Institutos Federais, Secretarias Estaduais de Educação e estudantes de pós-graduação e graduação da UnB.

Reafirmando seu compromisso com a formação acadêmica por meio da pesquisa, o Avante-UnB, ao longo desses 15 anos, concluiu a orientação de vinte e três dissertações de mestrado e dez teses de doutorado apenas na LPEZ. Essa realização está alinhada aos objetivos da CAPES de investimento na qualificação de profissionais de alto nível e professores do ensino superior, bem como à indução e ao fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica².

De modo geral, a trajetória da LPEZ reflete um percurso semelhante ao da consolidação do campo das políticas públicas dentro da Ciência Política (*policy science*). Isso significa que as primeiras investigações, em vez de focarem nas estruturas e instituições políticas ou na teoria do Estado e suas funções, priorizaram a análise de programas e ações governamentais voltados ao esporte (Schmidt, 2018). Impactados pela criação do Ministério do Esporte em 2003 e pela agenda esportiva configurada a partir de então, os primeiros estudos concentraram-se nos programas esportivos

¹ Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/31817>. Acesso em: 17 fev. 2025.

² Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/historia-e-missao>. Acesso em: 17 fev. 2025.

voltados à garantia do direito ao esporte e à inclusão social, como o Programa Segundo Tempo (PST) e o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC).

Essas características estão presentes em estudos iniciais do LPEZ, como os de Athayde (2009), Bonalume (2010), Flausino (2013), Matias (2013) e Carneiro (2013). Desde esses primeiros trabalhos, já se nota uma preocupação com a análise e avaliação dos modelos de gestão adotados nos programas e ações governamentais.

Segundo Schmidt (2018), o estudo da política pública, além do conhecimento específico do tema, vincula-se à eficácia da participação cidadã e possibilita melhor entendimento da complexidade e especificidade da gestão pública. Carneiro e Menicucci (2011) abordam a gestão pública como um conceito polissêmico, que varia desde uma compreensão restrita à administração pública até a ideia de um rompimento com os modelos tradicionais, incorporando ferramentas do mundo empresarial e conceitos ainda mais abrangentes.

Adotamos a visão de Carneiro e Menicucci (2011), segundo a qual, “diferentemente da gestão privada, a gestão pública deve permitir a expressão de valores que não são apenas instrumentais, mas também políticos” (p. 9). Nesse sentido, concordamos com Perry e Kraemer (1983), que, ao distinguirem a gestão pública da administração pública tradicional em termos de uma orientação normativa e uma abordagem instrumental genérica, destacam na administração pública princípios como equidade, igualdade e probidade.

Nessa perspectiva, para abordar a experiência do Avante-UnB no campo da gestão pública do esporte, o objetivo geral deste texto é descrever os quinze anos de pesquisa da linha de políticas de esporte e lazer do Avante-UnB, destacando os estudos sobre o financiamento público do esporte e a elaboração de proposições metodológicas para a análise das políticas públicas no setor esportivo.

Além da introdução, o artigo apresenta as experiências de desenvolvimento de pesquisas e estudos relacionados às abordagens metodológicas utilizadas para a avaliação e análise das políticas públicas esportivas, assim como ao financiamento público. O texto é concluído com algumas proposições sobre a agenda de pesquisa futura do Avante-UnB.

Primeiras aproximações à análise e avaliação de políticas públicas de esporte

Devido à natureza deste texto, no formato de relato de experiência, não nos dedicamos a uma caracterização detalhada da pesquisa nem a uma descrição pormenorizada dos procedimentos metodológicos. No entanto, ao descrevermos a busca por uma sistematização que garantisse um suporte metodológico aos estudos sobre análise e avaliação de políticas públicas de esporte e lazer, é possível identificar algumas características teórico-metodológicas que fundamentam e orientam o trabalho desenvolvido pelo Avante-UnB. Ao mesmo tempo, este relato busca demonstrar como,

em toda a reflexão sobre a estrutura, na reconstrução de aspectos e indicadores e no aprimoramento das propostas de análise e avaliação, a categoria da gestão esteve sempre presente.

Estudos do Avante-UnB sobre determinados programas e ações governamentais, como Athayde (2009) e Nascimento (2016), utilizaram como parâmetro avaliativo três aspectos, a saber: a) o modelo conceitual; b) a forma de gestão e; c) os impactos sociais. Conforme Athayde, Matias, Carneiro e Mascarenhas (2020), o modelo conceitual está relacionado às orientações gerais do programa, projeto ou ação da política esportiva. Já a forma de gestão diz respeito às características adotadas pelo órgão gestor na elaboração, implementação e acompanhamento daquela ação. Por sua vez, os impactos sociais referem-se aos compromissos e metas estabelecidos, incluindo possíveis efeitos indiretos em outras áreas, como segurança, saúde e educação.

As categorias acima fundamentaram os primeiros esforços para o delineamento metodológico da análise e avaliação de políticas públicas de esporte no âmbito do Avante-UnB. Essa proposta inicial foi posteriormente refinada por contribuições oriundas da interlocução com outras áreas do conhecimento, mais especificamente o campo de estudo das políticas sociais. Nesse contexto, identificamos experiências anteriores à do nosso grupo, voltadas ao estudo de programas e ações da política de assistência social, com destaque para o modelo de análise de Boschetti (2009).

A aproximação e incorporação dessa proposta de análise foram favorecidas por seu alinhamento teórico com o referencial marxista adotado pelo Avante-UnB. Em consonância com esse referencial, a proposta não se apresentava como um modelo rígido ou apriorístico, mas ressalta a necessidade de adequação ao objeto de estudo e à realidade investigada. Essa perspectiva está alinhada ao universo categorial do método em Marx, que não reduz a questão metodológica a um conjunto de prescrições normativas para aplicação na realidade. Pelo contrário, os conceitos expressam categorias ontológicas, que são “formas de modos de ser, determinações de existência, frequentemente aspectos isolados dessa sociedade determinada” (Marx, 2012, p. 261).

De forma mais específica, a proposta de Boschetti (2009) apresentava, entre seus principais aspectos de análise, a “Configuração e abrangência dos direitos e benefícios”, a “Configuração do financiamento e gasto” e a “Gestão e Controle Social”. Esses aspectos se desdobram em um conjunto mais amplo de indicadores, detalhados tanto no próprio texto da proposição quanto em sua aplicação ao campo das políticas esportivas, conforme descrito por Athayde, Matias, Carneiro e Mascarenhas (2020).

No escopo deste relato, destacamos duas importantes contribuições dessa interlocução com as políticas de assistência social para as pesquisas do Avante-UnB. A primeira refere-se à incorporação da categoria relacionada ao financiamento público, cujos desdobramentos serão abordados mais adiante neste texto. A segunda diz respeito à manutenção da categoria da gestão, agora acrescida da preocupação com os mecanismos de controle e participação social, elementos essenciais para a transparência da gestão pública e para a garantia do exercício da cidadania no acompanhamento das ações estatais.

Sem maior aprofundamento, é importante esclarecer que, conforme Boschetti (2009), o aspecto “Gestão e Controle Social” abrange três indicadores principais: a relação entre esferas governamentais, a relação entre Estado e Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e a participação e controle social.

O primeiro indicador está relacionado ao modelo federativo brasileiro, destacando a interação, colaboração ou inação nas relações entre União, Estados e Municípios. Nesse contexto, é importante uma organização sistêmica que distribua responsabilidades e atribua competências de forma clara, evitando redundâncias e sobrecargas. De acordo com Souza (2016), a literatura ainda carece de produções que estabeleçam maior interrelação entre os temas federalismo e políticas públicas. No caso brasileiro, Arretche (2010), ao abordar o aspecto central-local, destaca a compatibilidade entre a descentralização da execução de políticas públicas e a centralização da autoridade, ressaltando que a capacidade redistributiva do Estado pode ser comprometida pelos interesses clientelistas de coalizões regionais. Embora não seja possível aprofundar esse debate neste texto, essas características e preocupações também se aplicam às políticas públicas de esporte.

O segundo indicador aborda o papel das OSCs, suas responsabilidades e a forma como são financiadas e monitoradas pelo Estado, garantindo que sua atuação esteja alinhada às diretrizes e princípios da gestão pública. No contexto do esporte, essa preocupação também se estende a outras entidades privadas que desempenham um papel significativo no setor e mantêm relações estreitas com a administração pública, como as organizações nacionais de administração, regulação e prática esportiva. Historicamente, as relações entre o Estado brasileiro e os representantes do setor esportivo oscilaram entre momentos de centralização e controle estatal e outros de maior autonomia das entidades privadas, ainda que a regulação estatal e a dependência do financiamento público permaneçam. Esse cenário, de rupturas e continuidades, é classificado por Camargos (2017) como “autonomia tutelada”.

O terceiro indicador enfoca a participação social e o controle democrático, aspectos já mencionados anteriormente. Ele se refere à avaliação da mobilização e do envolvimento da população, especialmente por meio de fóruns, conselhos e conferências, na formulação e avaliação das políticas públicas. No caso do Avante-UnB, destaca-se a problematização sobre a elaboração, realização e transformação das Conferências Nacionais de Esporte entre 2004 e 2010, presente, por exemplo, no trabalho de Flausino (2013). Essa trajetória ilustra a conformação da agenda governamental para o setor e suas prioridades, bem como a ruptura precoce de um processo que ainda estava em fase de amadurecimento, comprometendo a participação social no âmbito das políticas públicas esportivas brasileiras.

A aplicação dessa nova proposição metodológica marcou um conjunto de estudos e publicações do Avante-UnB entre 2014 e 2020, ganhou repercussão e passou a ser incorporada por outros grupos dedicados ao estudo das políticas públicas de esporte e lazer. Algumas dessas

produções estão inseridas no livro “Políticas de esporte nos anos Lula e Dilma”, organizado por Matias, Athayde e Mascarenhas (2015).

No entanto, seguindo o pressuposto teórico de Boschetti (2009), que recomenda evitar o uso hermético ou padronizado de sua proposição, a aplicação contínua desse referencial às políticas públicas de esporte levou o Avante-UnB a identificar a necessidade de avaliação, atualização e adequação da abordagem às especificidades do objeto estudado. Esse exercício de reflexão coletiva e interna sobre as orientações metodológicas utilizadas nas pesquisas do grupo desencadeou-se a partir de dois movimentos: o primeiro, a construção de uma matriz do financiamento público do esporte no país (tema que será abordado adiante), e o segundo (tratado a seguir), a migração dos estudos da esfera nacional para a dimensão estadual, ampliando o escopo das análises.

Aprofundando a análise e avaliação de políticas públicas de esporte em âmbito estadual

A investigação sobre políticas esportivas estaduais e a elaboração de um modelo de análise foram incorporadas à agenda de pesquisa do Avante-UnB a partir do segundo semestre de 2018. Esse processo envolveu a construção coletiva de um delineamento metodológico compartilhado, estruturado em três etapas principais: (i) desenvolvimento da estrutura categorial e seu ementário; (ii) avaliação e validação por especialistas; e (iii) ajustes finais com base nos pareceres recebidos. Essa construção metodológica encontra-se detalhada em Athayde et al. (2022).

É importante mencionar que a mudança de foco na análise do Avante-UnB também foi influenciada por elementos externos ao grupo, inerentes à conjuntura política e econômica do país. Entre os fatores determinantes, destacam-se: o encerramento do ciclo de megaeventos esportivos e o consequente desinvestimento nas políticas do setor a partir de 2014 e 2016; a extinção do Ministério do Esporte e a consequente desresponsabilização estatal na promoção de políticas públicas para o esporte; a reestruturação do Conselho Nacional de Esporte; e o abandono das Conferências Nacionais de Esporte, que reduziram as possibilidades de controle e participação social.

A primeira etapa, iniciada em novembro de 2018, concentrou-se no resgate dos percursos metodológicos, na revisão de referências e na construção da estrutura categorial, que envolveu a definição de dimensões e categorias, ajustadas conforme a avaliação dos pesquisadores do grupo. Em fevereiro de 2019, foi realizada uma testagem do instrumento com aplicação em campo de pesquisa. Os dados coletados evidenciaram desafios na implementação da proposta, como o acesso limitado às informações, decorrente das variações na transparência e digitalização dos dados estaduais, além da dificuldade de execução integral da metodologia por um único pesquisador.

Na segunda etapa, a proposta inicial foi submetida à validação por especialistas da área, com o objetivo de refinamento metodológico por meio da avaliação por pares (*peer review*). Em maio de 2019, o modelo foi enviado a especialistas reconhecidos no campo das políticas públicas de esporte,

selecionados com base em critérios acadêmicos e institucionais. A terceira e última etapa de validação ocorreu em novembro de 2019, quando as contribuições dos especialistas foram analisadas pelo grupo de pesquisa. Alterações na nomenclatura e na estrutura do modelo foram incorporadas, resultando em um aprimoramento significativo da proposta.

Como desdobramento, o modelo final contempla as seguintes categorias analíticas: Contexto Regional, Configuração Política, Gestão e Controle Social, Abrangência e Infraestrutura, e Financiamento e Gasto. Esses eixos, fundamentados em um arcabouço teórico sólido, estruturam a análise das políticas estaduais de esporte, permitindo uma abordagem mais sistemática e contextualizada.

Dada a natureza deste texto, enfatizamos apenas a categoria “Gestão e Controle Social”. Essa categoria foi mantida a partir das experiências de pesquisas anteriores, porém identificamos a necessidade de incluir um novo indicador: “Estrutura Organizacional e de Pessoal”. É importante destacar que os parâmetros adotados para a avaliação dessa dimensão estão fundamentados nos princípios que regem a administração pública, com ênfase na gestão democrática e participativa (Athayde et al., 2022).

A inclusão do indicador “Estrutura Organizacional e de Pessoal” decorre do reconhecimento da importância de compreender melhor a estrutura do órgão gestor central das políticas públicas esportivas. Historicamente, tanto no âmbito nacional quanto nas esferas subnacionais, observa-se uma constante reconfiguração organizacional na gestão pública do esporte, vinculando-o a outros setores de atuação estatal e, em certa medida, evidenciando sua baixa institucionalidade na estrutura e agenda governamental.

Além disso, ao analisarmos a dimensão estadual (e o mesmo se aplica às instâncias municipais), torna-se evidente a desestruturação e fragilidade dos órgãos responsáveis pela gestão pública do esporte, bem como a influência do fisiologismo e paroquialismo impostos pelas coalizões locais, fazendo prevalecer a lógica do *pork barrel*. Esse cenário reflete os impactos de uma visão minimalista da burocracia estatal, resultando na redução de quadros técnicos, no enxugamento da máquina pública e em cortes nos gastos sociais, comprometendo a efetividade das políticas esportivas.

Outro aspecto mantido a partir das experiências de pesquisas anteriores do Avante-UnB foi a dimensão do “financiamento e gasto”. Esse aspecto foi preservado devido à sua relevância como chave interpretativa da configuração das políticas públicas para o setor esportivo, com reflexos diretos sobre a gestão pública do setor. Ao longo desses quinze anos, essa dimensão de análise tornou-se um objeto de grande atenção por parte do grupo, alcançando reconhecimento nacional para os pesquisadores do Avante-UnB e seus estudos.

Financiamento público do esporte no Brasil: das primeiras aproximações à elaboração de sua matriz

Desde a criação do Ministério do Esporte em 2003, aproximação ao tema do financiamento público ocorria, ainda que de forma não sistematizada, por meio do envolvimento de membros do Avante-UnB em espaços de debate sobre a política pública esportiva, incluindo algumas ações promovidas pelo próprio Ministério. No entanto, a abordagem mais estruturada, tanto do ponto de vista científico quanto metodológico, teve início em 2014, influenciada pela proposta metodológica de Boschetti (2009), conforme descrito anteriormente. Além disso, outros autores, como Fagnani (2009), Salvador (2010), Behring (2010) e Salvador e Teixeira (2014), também contribuíram para esse aprofundamento teórico.

Em 2014, foi realizada uma primeira aproximação ao tema do financiamento público por meio do trabalho de Athayde, Mascarenhas e Salvador (2014), que buscou identificar as características gerais e as prioridades do gasto público com o esporte durante os primeiros dois mandatos do Governo Lula. A partir desse estudo inicial, muitas outras pesquisas aprofundaram a análise dessa temática, seja ao se dedicarem a uma fonte específica de financiamento, como o Bolsa Atleta (Teixeira, Matias, Carneiro e Mascarenhas, 2017) ou a Lei de Incentivo ao Esporte (Matias, Athayde, Húngaro e Mascarenhas, 2015), seja ao promoverem uma avaliação mais panorâmica e abrangente do modelo de financiamento público esportivo brasileiro, como Mascarenhas (2016) e Carneiro (2018).

Mas, certamente, destacam-se neste aspecto os trabalhos de caráter mais amplo ou panorâmico, pois foram esses que possibilitaram a construção do que veio a ser denominado “Matriz de Financiamento Público Federal do Esporte”. A matriz corresponde a um mapeamento completo da estrutura de financiamento público do esporte no Brasil, considerando fontes orçamentárias, extraorçamentárias e gastos tributários, além de informações sobre a magnitude do gasto e o direcionamento dos recursos destinados ao setor. Cabe destacar, por exemplo, que a relevância e originalidade dessa contribuição foram reconhecidas em premiações no Concurso de Artigos Científicos da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados.

Outra contribuição relevante advinda desses estudos foi a criação da tecnologia social denominada “Transparência no Esporte”. Trata-se de uma ferramenta de monitoramento e visualização gráfica dos recursos públicos destinados ao esporte na esfera federal, produzida e atualizada pelo Avante-UnB. Essa ferramenta foi desenvolvida e vem sendo mantida pelos próprios pesquisadores da LPEZ, com financiamento obtido por meio de agências de fomento à pesquisa³ ou recursos internos do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UnB. Além de subsidiar as

³ Referência à Chamada Universal MCTI/CNPq nº 14/2014.

pesquisas do próprio Avante-UnB, o Transparência no Esporte vem sendo adotado por outros grupos de pesquisa no país e utilizado como fonte para coberturas jornalísticas⁴.

É importante destacar, também, que o Transparência no Esporte se articula com a dimensão da “Gestão e Controle Social” abordada anteriormente neste texto. Isso porque a ferramenta tem como um de seus principais objetivos facilitar a compreensão da atuação do Estado no esporte, evidenciando quais áreas têm sido priorizadas e permitindo a reivindicação de investimentos necessários para que o esporte seja efetivamente reconhecido como um direito social. Além disso, ao tornar as informações sobre o financiamento mais acessíveis e compreensíveis, a ferramenta fortalece a população com dados fundamentais para qualificar o controle e a participação social, contribuindo para o exercício da cidadania.

Finalmente, a conexão com a gestão pública se dá, também, pelo fato de que a análise do financiamento e do gasto público não se resume a uma avaliação técnica ou contábil. Trata-se, na verdade, de uma avaliação eminentemente política, pois os dados sobre a configuração e distribuição dos recursos esclarecem quais grupos e interesses são favorecidos na disputa pelo fundo público e na construção da agenda governamental. Em outras palavras, esses dados refletem a correlação de forças que permeia a relação entre Estado e sociedade, além das tratativas entre os poderes executivo e legislativo dentro do próprio Estado. Como destaca Oliveira (2009), o estudo sobre o orçamento revela sobre qual classe ou fração de classe incide o maior ou menor ônus da carga tributária, bem como quais serão os beneficiados com os gastos e investimentos previstos.

Outros estudos da LPEZ do Avante-UnB poderiam ser mencionados, como aqueles dedicados a análises comparativas das políticas nacionais de esporte, com ênfase na gestão pública como uma das dimensões comparativas. Além disso, recentemente, destacam-se pesquisas voltadas à economia política do esporte, especialmente no contexto do futebol. No entanto, neste texto, optamos por focar nos temas e estudos mais diretamente relacionados à gestão esportiva.

Considerações finais

Em 2025, ao celebrar seus quinze anos, o Grupo de Pesquisa Avante-UnB reflete sobre sua trajetória, reconhecendo a relevância de suas contribuições para o campo das políticas públicas de esporte e lazer. Ao longo desse período, a linha de pesquisa em Políticas de Esporte e Lazer (LPEZ) evoluiu de uma análise focada nos primeiros programas esportivos de inclusão social para uma abordagem mais abrangente, que considera a legislação, a gestão pública, a infraestrutura, o financiamento e a participação social. O grupo consolidou-se como referência ao promover análises críticas sobre a gestão pública no setor esportivo, abordando suas complexidades e desafios. A interação com outros campos de estudo, como as políticas sociais, e o alinhamento com uma

⁴ A título de exemplo, citamos a reportagem da Carta Capital, intitulada “O incentivo do Brasil ao esporte precisa ir além das Olimpíadas”. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-incentivo-ao-esporte-precisa-ir-alem-das-olimpiadas/>. Acesso em: 19 fev. 2025.

abordagem marxista ajudaram a consolidar uma perspectiva crítica e metodologicamente consistente.

A construção de uma matriz de financiamento público do esporte, juntamente com as análises sobre a estrutura organizacional e a participação social, são exemplos claros do amadurecimento das abordagens desenvolvidas pelo grupo. Essas pesquisas não só ajudaram a aprimorar a compreensão da gestão pública do esporte no Brasil, como também geraram proposições metodológicas inovadoras que passaram a ser adotadas por outros pesquisadores no país. A análise das políticas públicas esportivas, especialmente em sua dimensão estadual, evidenciou a fragilidade estrutural e a influência de dinâmicas políticas locais, que comprometem a efetividade das ações governamentais. Ao olhar para o futuro, o Avante-UnB se prepara para continuar a expandir sua agenda de pesquisa, enfrentando novos desafios e aprofundando a análise do financiamento e da gestão pública no setor esportivo, essenciais para a construção de políticas mais justas e eficientes e que possam vir a garantir o direito de acesso ao esporte no país.

Agradecimentos e Financiamentos

Gostaríamos de expressar nossos mais sinceros agradecimentos a todos os pesquisadores e pesquisadoras do Avante-UnB, com especial destaque àqueles que integram a LPEZ. O Avante-UnB é um grupo que se organiza e se estrutura de forma coletiva, fundamentado em princípios de colaboração e troca mútua de conhecimentos. Ao longo de seus 15 anos de trajetória, a experiência que agora compartilhamos neste relato não é resultado de um esforço individual, mas sim o reflexo da riqueza das experiências, saberes e aprendizados construídos ao longo de tantos anos de dedicação conjunta.

A produção que aqui se apresenta é, portanto, muito mais do que uma soma de vivências pessoais; ela representa a convergência de ideias, debates e práticas que surgiram de um trabalho coletivo, bem como do compartilhamento de visões de homem e mundo. O caminho percorrido pelo Avante-UnB é, sem dúvida, uma construção coletiva, e é com grande orgulho que dividimos os frutos desse esforço com todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para que chegássemos até aqui.

Referências Bibliográficas

- Arretche, M. (2010). Federalismo e Igualdade Territorial: Uma Contradição em Termos? *Dados*, 53, 587-620.
- Athayde, P. F. A. (2009). *Programa segundo tempo: conceitos, gestão e efeitos*. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em Educação Física. Universidade de Brasília, Brasília.
- Athayde, P., Mascarenhas, F., & Salvador, E.. (2015). Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no Governo Lula. *Revista Brasileira De Ciências Do Esporte*, 37(1), 2–10.

- Athayde, P. F. A., Carneiro, F. H. S., Matias, W. B., & Mascarenhas, F. (2020). Análise de políticas esportivas: compartilhando uma proposta teórico-metodológica. *Motrivivência*, 32(61), 01–23.
- Athayde, P. F. A., Castellani Filho, L., Lião Junior, R., Sampaio, J., Mascarenhas, F., & Húngaro, E. M. (2021). Avante! 10 anos de um caminho se faz caminhando. *Motrivivência*, 33(64), 1–19.
- Athayde, P. F. A., Magalhaes, Y. C. da S., Elicker, E. Dalmas, L. C., Melo, E. de L., & Mascarenhas, F. (2022). Análise e avaliação de políticas estaduais de esporte: uma proposta metodológica. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, 30(1).
- Behring, E. R. (2010). Crise do capital, fundo público e valor. In *Capitalismo em crise, política social e direitos*. São Paulo: Cortez.
- Bonalume, C. R. (2010). *O esporte e o lazer na formulação de uma política pública intersetorial para a juventude: e experiência do PRONASCI*. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Educação Física. Universidade de Brasília, Brasília.
- Boschetti, I. S. (2009). Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS.
- Camargos, W. V. de M. (2017). *A constitucionalização do esporte no Brasil: autonomia tutelada: ruptura e continuidade*. Tese de Doutorado. Faculdade de Direito. Universidade de Brasília, Brasília.
- Carneiro, R. & Menicucci, T. M. G. (2011). *Gestão pública no século XXI: as reformas pendentes*. Texto para Discussão, n. 1686. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília.
- Carneiro, F. H. S. (2013). *Políticas de esporte no Distrito Federal: focalização, Centros Olímpicos e terceiro setor*. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Educação Física. Universidade de Brasília, Brasília.
- Carneiro, F. H. S. (2018). *O financiamento do esporte no Brasil: aspectos da atuação estatal nos governos Lula e Dilma*. Tese de Doutorado. Programa de pós-graduação em Educação Física. Universidade de Brasília, Brasília.
- Fagnani, E. (2009). Avaliação do ponto de vista do gasto e financiamento das políticas públicas. In *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. 6. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais.
- Flausino, M. da S. (2013). *Plano Decenal: as políticas públicas de esporte e lazer em jogo*. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Educação Física. Universidade de Brasília, Brasília.
- Marx, K. Introdução [à Crítica da Economia Política]. (2012). In *O leitor de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Matias, W. B. (2013). *O enigma olímpico: o controvertido percurso da agenda e políticas esportivas no Governo Lula*. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Educação Física. Universidade de Brasília, Brasília.
- Matias, W. B., Athayde, P. F. A., & Mascarenhas, F. (2015). *Políticas de Esporte nos anos Lula e Dilma*. Brasília: Thesaurus.

- Matias, W. B., Athayde, P. F., Húngaro, E. M., & Mascarenhas, F. (2015). A lei de incentivo fiscal e o (não) direito ao esporte no Brasil. *Movimento*, 21(1), 95–110.
- Nascimento, E. L.do. (2016). *Políticas públicas e esporte educacional: adeus ao atleta na escola?* Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Educação Física. Universidade de Brasília, Brasília.
- Oliveira F. (2009). *Economia e política das finanças públicas no Brasil*. São Paulo: Hucitec.
- Perry, J. L. & Kraemer, K. L. (Eds.). (1983). *Public Management: public and private perspectives*. California: Mayfield Publishing Company.
- Salvador, E. (2010). *Fundo público e seguridade social no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Salvador, E., & Teixeira, S. O. (2014). Orçamento e políticas sociais: metodologia de análise na perspectiva crítica. *Revista Políticas Públicas*, 18(1), 15-32.
- Schmidt, J. P. (2018). Para Estudar Políticas Públicas: aspectos conceituais, metodológicos e abordagens teóricas. *Revista do Direito*, 3(56), 119-149.
- Souza, C. M. de. (2016). Federalismo e Políticas Públicas Nacionais: diversidade ou uniformidade? In *Gestão e políticas públicas no cenário contemporâneo: tendências nacionais e internacionais*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- Teixeira, M. R., Matias, W. B., Carneiro, F. H., & Mascarenhas, F. A. (2017). O programa bolsa atleta no contexto esportivo nacional. *Motrivivência*, 29, 92–109.

Recebido em: maio de 2025

Aprovado em: novembro de 2025

A **Revista de Gestão e Negócios do Esporte** utiliza o [Open Journal Systems](#) (versão 3.3.0.9), sistema open source, preservando assim, a integridade dos artigos em ambiente de acesso aberto.
